

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

- 1 **Data:** 30 de Abril de 2010
- 2 **Horário:** 08:30 às 17:00 horas
- 3 **Local:** Auditório da SESA/ISEP - Rua Piquiri, 170.
- 4 **Conselheiros membros – Gestão 2010-2011**

	Nome		Condição	Órgãos, Entidades e Instituições.
	<b>Usuários</b>			
1	Luciano Zanetti	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Ausente	Suplente	SINDPETRO
2	Wilson de Souza Silva	Ausente	Titular	FETAEP
	M <sup>a</sup> Marucha S. Vettorazzi	Ausente	Suplente	FETAEP
3	Marcelo Montanha da Silva	Justificado	Titular	CUT
	Jonaz Braz	Justificado	Suplente	CUT
4	João de Tarso	Presente	Titular	ABECAP
	Arlete Ant <sup>a</sup> Brunholi Xavier	Presente	Suplente	ABECAP
5	Sonia Maria Anselmo	Presente	Titular	MOPS
	Livado Bento	Justificado	Suplente	MOPS
6	Amauri Lopes Ferreira	Presente	Titular	ANEPS
	Maria Elvira Araújo	Presente	Suplente	ANEPS
7	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDVA
	João Maria Ferrari Chagas	Presente	Suplente	IBDVA
8	Luiz Edgar Christ	Justificado	Titular	Fórum Ong /Aids
	Sirlene Aparecida Candido	Presente	Suplente	Fórum Ong /Aids
9	Joel Tadeu Correa	Presente	Titular	FAMOPAR
	Luiz de Mauro	Presente	Suplente	FAMOPAR
10	Joelma Aparecida de Souza Carvalho	Presente	Titular	CMP
	Elizabeth Bueno Cândido	Presente	Suplente	CMP
11	Gencilda Gotardo	Presente	Titular	MST
	Adaize Citron da Silva	Presente	Suplente	MST
12	Ari Alberto Ruschel	Presente	Titular	Pastoral da Pessoa Idosa
	Vasthe Sônia G Schafhauser	Presente	Suolente	Pastoral da Pessoa Idosa
13	Helena Strabelli	Presente	Titular	Pastoral da Saúde
	Márcia Behhini Zambrim	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
14	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Amélia Cabral Alessi	Presente	Suplente	Pastoral da Criança
15	Valdir Donizete de Moraes	Presente	Titular	ECOFORÇA
	Rosana Vicente Gnipper	Presente	Suplente	ECOFORÇA
16	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA
17	Wilma Araújo Kaiel	Justificado	Titular	UBM
	Não indicado		Suplente	UBM
18	Terezinha Pereira Da Silva	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Luciane Machado Batista	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	<b>Profissionais de Saúde</b>		<b>Condição</b>	<b>Entidade</b>

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

19	Antônio Garcez Novaes	Ausente	Titular	C.R. de Farmácia
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Sueli de A. Preidum Coutinho	Presente	Titular	CRESS
	Marina Hiromi Assanuma	Presente	Suplente	CRMV
21	Edilcélia D do Amaral Ravazzani	Presente	Titular	CRN
	Danielle Rodrigues Lecheta	Presente	Suplente	CRN
22	Carmen Cristina M dos Santos	Presente	Titular	ABEN
	Alaerte leandro Martins	Presente	Suplente	ABEN
23	Genita Reginatto	Ausente	Titular	CREFITO
	Gildásio Jo se dos Santos	Justificado	Suplente	CREF
24	Amadeu Alves de O Filho	Presente	Titular	AATO
	Marta vaz Dias de S Boer	Ausente	Suplente	CRM
25	Soraia Reda Gilber	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	José Carlos Leite	Justificado	Titular	SINDPREVS
	Bett Claid Nascimento	Presente	Suplente	SINDPREVS
27	Elivani Maria Sarri	Ausente	Titular	FESSMUC
	Irene r dos Santos	Presente	Suplente	FESSMUC
	<b>Prestadores de Servicos</b>		<b>Condição</b>	<b>Entidade</b>
28	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Heracles Alencar Arrais	Justificado	Suplente	FEMIPA
29	Renato Merolli	Presente	Titular	FEHOSPAR
	Benno Kreisel	Ausente	Suplente	FEHOSPAR
30	Alfredo Franco Ayub	Presente	Titular	ACISPAR
	José Cleber Carulla	Ausente	Suplente	ACISPAR
31	Wilson Edmar Ascencio	Justificado	Titular	FEMIPA
	Márcia Regina dos Santos Minelo	Presente	Justificado	ACISPAR
32	Silvia Maria Tintori	Presente	Titular	UEM
	Valmir Durante	Presente	Suplente	UEM
	<b>Gestores</b>		<b>Condição</b>	<b>Entidade</b>
33	Haroldo Ferreira	Ausente	Titular	COSEMS
	Matheos Chomatás	Presente	Suplente	COSEMS
34	Carlos Manuel dos Santos	Ausente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Olavo Gasparin	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Carlos Augusto Moreira Junior	Presente	Titular	SESA
	Celia Regina de Souza	Presente	Suplente	SESA
36	Lenora Catharin Rodriqo	Ausente	Titular	SESA
	Mauro Campiolo	Ausente	Suplente	COSEMS

5 **1ª Parte: das 08:30 às 12:00 horas**

6 **Expediente interno**

7 **2. Ordem do Dia**

2.1 Aprovação da Pauta – 5 min.

8 **2.2 Assuntos para Deliberação: Discussão Temática e Comissões**

2.2.1 – Mesa Diretora –

1º Assunto: Justificativas e substituições

2º Assunto: Aprovação das Atas: 140ª RO-26/02/2008, 1ª e 2ª Extraordinária –25/02/2010.

3º Assunto: GRIPE A H1N1- Apresentação SESA

4º Assunto: PARTICIPASUS-Apresentação SESA

9 Intervalo + ou – às 10:00 horas por 15 min

30 DE Abril de 2010

10 **2ª Parte: das 13:30 às 17:00 horas**

11 **Parte: das 13:30 às 17:00 horas**

2.2.2 – Comissão Saúde Mental

2.2.3 – Comissão de Orçamento

. Relatório de Gestão

. LDO

2.2.4- Comissão de Acesso ao SUS

2.2.5- Comissão DST/AIDS

2.2.6- Comissão de RH

2.2.7- Comissão Saúde da Mulher

12 Intervalo –16:00 horas – 15 minutos

13 Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, após a constatação do quorum  
14 necessário a presidente, **Joelma Aparecida de Souza Carvalho**, dá início a 162ª Reunião  
15 Ordinária do Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Inicialmente a presidente dá as boas  
16 vindas a todos e todas e **coloca em apreciação a pauta proposta:** 1. Expediente Interno. 2.  
17 Ordem do Dia: 2.1 – Aprovação da Pauta. 2.2 - Assuntos para Deliberação: Discussão Temática  
18 e Comissões. 2.2.1 – Mesa Diretora: Justificativas e substituições; Aprovação das Atas: 140ª  
19 Reunião Ordinária de 26/02/2008; 1ª e 2ª Extraordinária 25/02/2010; Gripe A H1N1 e  
20 PARTICIPASUS. 2.2.2 – Comissão de Saúde Mental; 2.2.3 – Comissão de Orçamento: Relatório  
21 de Gestão e LDO. 3. Informes Gerais. É solicitada inclusão da Comissão de Acesso ao SUS,  
22 Comissão de DST/AIDS, Recursos Humanos, Comissão de Saúde da Mulher, Comissão  
23 Intergestores Bipartite. Não havendo mais sugestões **Joelma coloca em votação a pauta**  
24 **com as inclusões solicitadas, sendo aprovada por todos.** A seguir passa-se ao próximo  
25 item da pauta: Justificativas e Substituições. **Lilium** procede as substituições, sendo os  
26 representantes da SESA, Dr. Gilberto substituído por Dr. Carlos Moreira Junior e André Pegorer  
27 por Dr. Carlos Manoel; do Conselho Regional de Medicina, Dr. Salim Ahmed, substituído por  
28 Marta; pela FAMOPAR o conselheiro Joel Tadeu, substituído por Terêncio de Lima. A seguir  
29 passa as justificativas de ausência dos conselheiros Gildásio por estar em viagem de trabalho;  
30 José Carlos Leite, por motivo de trabalho; Lucas da reunião da CIST, Márcia Minelo por motivo  
31 de trabalho; Wilma Kaiel por motivo de doença na família; Luiz Edgar por estar participando do  
32 Seminário GLBTT em Brasília; Wilson Ascêncio por compromisso de trabalho, Eracles Arraes por  
33 motivo de trabalho e Jonas Baz por motivo de trabalho. **Lilium** apresenta a conselheira suplente  
34 do MST e dá as boas vindas a mesma. **Sônia Anselmo** justifica a ausência do conselheiro  
35 Livaldo Bento por erro na compra de passagem pelo Conselho Nacional de Saúde, vez que  
36 estava participando de evento sobre inclusão digital em Brasília. A seguir **Joelma passa a**  
37 **palavra ao Secretário de Estado da Saúde e conselheiro, Dr. Carlos Moreira Junior.**  
38 **Dr. Carlos** cumprimenta a todos e fala que é um grande prazer estar de volta ao Conselho.  
39 Apresenta-se dizendo que é medico, foi diretor do Hospital de Clínicas, Reitor da Universidade e  
40 nos últimos dezoito meses foi Chefe de Gabinete do governador Roberto Requião. Fala da

30 DE Abril de 2010

41 reunião com a Mesa Diretora do Conselho e do avanço de alguns assuntos. Ressalta a  
42 importância da continuidade no governo de Orlando Pessuti, do que teve início no governo  
43 Requião; lembrando a implantação definitiva dos Hospitais Regionais, diz ter conhecimento dos  
44 problemas e na medida do possível estão sendo resolvidos. A implantação dos Centros de  
45 Saúde da Mulher para continuar melhorando a mortalidade materna infantil. Fala sobre a Gripe  
46 A e a intensificação dos casos. Agradece o trabalho e a dedicação da equipe de Vigilância em  
47 Saúde. Fala da vacinação da gripe, sendo que 100% dos trabalhadores foram vacinadas, 100%  
48 dos indígenas aldeados, 100% das crianças de 06 meses a 2 anos; 71,4% das gestantes; 139%  
49 dos doentes crônicos e 74,7% dos jovens e adultos de 20 a 29 anos; 88% de pessoas com  
50 mais de 60 anos com doenças crônicas, o que traz um número de diminuição da circulação do  
51 vírus bastante importante. Informa que o número de pessoas vacinadas no Paraná é de  
52 2.986.000. Relata sobre a liminar da Juíza para que a vacinação ocorra em massa, mas como  
53 no país não tem vacina disponível em número suficiente, será impossível cumprir. Pede  
54 permissão para que seja aberto espaço para que possa responder algumas perguntas vez que o  
55 assunto está em pauta. **Elaine, SINDSAÚDE** fala sobre ocorrido no ano passado com os  
56 trabalhadores em saúde da SESA. Faltou preparo e normatização orientadora no trato com os  
57 pacientes com H1N1 e distribuição de máscaras para o atendimento. Elogia o trabalho da  
58 equipe que trata da gripe A, mas diz que é preciso cuidar dos trabalhadores que estão à frente  
59 neste atendimento. Reforça a necessidade de instruções normativas sobre os cuidados  
60 necessários. **Dr. Carlos** solicita ao diretor Lúcio que reveja as condutas nos hospitais e também  
61 na SESA quanto ao assunto. **Dr. Lucio** fala da importância do assunto e do plano de  
62 enfrentamento a Gripe H1N1 para este ano de 2010 e se compromete a considerar o solicitado  
63 pela conselheira Elaine. **Silvia, HUM** diz que no Hospital Universitário de Maringá que conta  
64 com 800 servidores, somente 200 puderam receber a vacina por estarem a frente no  
65 atendimento. Pergunta se em um segundo momento os outros trabalhadores poderão ser  
66 vacinados e se o Instituto Butantã está fabricando a vacina. **Soraia, SINDSAÚDE**, diz que o  
67 LACEN foi o que mais sofreu na epidemia, pois mesmo com o reforço que a SESA viabilizou e os  
68 voluntários ainda era pouco. Pergunta se a infra-estrutura para o acompanhamento está sendo  
69 pensada. **Maria Elvira** fala da dificuldade que está sendo enfrentada em Foz do Iguaçu, vez  
70 que lá existe a fronteira e se faz necessário pensar em vacinação em massa, pensando nos  
71 idosos que estão contraindo a gripe. **Dr. Carlos** respondendo a Soraia diz que a preocupação é  
72 o LACEN e outras estruturas da saúde; que é preciso aproximadamente 2.000 servidores;  
73 quanto a Foz do Iguaçu sabe da dificuldade hospitalar, da fronteira, da questão da Dengue.  
74 Fala da falta de interesse dos idosos na vacinação da Influenza, que também é muito  
75 importante, pois gripe em idoso mata. **Dr. Lucio** respondendo a Silvia diz que quanto as  
76 vacinas a pactuação foi feita na Bipartite e que de acordo com a possibilidade tem sido  
77 aumentado o número de trabalhadores vacinados e assim continuará conforme possibilidade.  
78 **Dr. Carlos** informa também de reunião com a Central de Transplantes com estudo para que  
79 até o final deste ano possa ser dobrada a capacidade de transplante. Fala da possibilidade da  
80 implantação das OPUS – Organização de Procura de Órgãos, sendo 02 na região metropolitana,  
81 01 em Ponta Grossa, 01 em Londrina, 01 em Maringá e 01 em Cascavel, e com isso ampliar  
82 significativamente o número de transplante no estado. Relata sua preocupação com a epidemia  
83 do crack e sua participação por um ano em reunião Mãos Limpas, da equipe de segurança do  
84 estado com o governador, mas não basta o enfoque policial e sim também de um trabalho  
85 multidisciplinar. Fala de seu compromisso com o assunto saúde mental, e que já solicitou ao  
86 diretor do Hospital Adauto Botelho projeto de construção de duas alas no hospital com

30 DE Abril de 2010

87 atendimento SUS para tratamento de jovens e adolescentes em dependência química. A  
88 implantação de mais CAPS em diversos municípios para o enfrentamento a dependência  
89 química e outros agravos da saúde mental. Agradece a cada um dos conselheiros e diz que  
90 enfrentará a questão do PCCV dos trabalhadores e que a comissão está sendo nomeada para  
91 iniciar seus trabalhos. **Joelma** pede a compreensão de todos no sentido de não fazerem mais  
92 perguntas ao Secretário, em virtude da pauta extensa e do compromisso do Secretário fora de  
93 Curitiba. Refere-se a importância das comissões do Conselho onde muitas estão sem  
94 representação da SESA e de outros segmentos, o que inviabiliza o trabalho das mesmas.  
95 Solicita aos conselheiros que participem pelo menos de duas comissões, vez que as mesmas se  
96 reúnem em horários alternados. A seguir passa-se ao **próximo item da pauta, Aprovação**  
97 **das Atas.** **Joelma** coloca em apreciação da Ata da 140ª Reunião Ordinária do CES/PR, de 26  
98 de fevereiro de 2008. **Elaine** pede correção na fala do Dr. Marco Antonio na linha 646; nas  
99 linhas 1858 e 1861 na fala do Zanata por estar repetitiva. **Sônia Anselmo** esclarece que essa  
100 ata ainda é da transcrição na íntegra, portanto as falas estão truncadas, pois quando um corta  
101 o que o outro está falando, na dá para dar seqüência àquela fala, e quando o outro volta a falar  
102 repete o que estava falando anteriormente. Não considera prudente que se faça correções. A  
103 partir das alterações propostas no Regimento as atas passaram a ser elaboradas de forma  
104 diferente. Não havendo mais sugestões **Joelma coloca em votação a Ata da 140ª Reunião**  
105 **Ordinária do CES/PR de 26 de fevereiro de 2008, sendo aprovada com 04**  
106 **abstenções.** **Joelma** agradece a presença do Secretário que se retira devido a outros  
107 compromissos. A seguir passa-se a **apreciação da Ata da 1ª Reunião Extraordinária de**  
108 **25 de fevereiro de 2010.** **Rosana** solicita correção na linha 92, onde se lê, Londrinense, leia-  
109 se Paranaense. Não havendo mais correções **Joelma coloca em votação a Ata da 1ª**  
110 **Reunião Extraordinária do CEE/PR sendo aprovada por todos.** A seguir coloca em  
111 apreciação a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do CES/PR de 25 de fevereiro de 2010. Não  
112 havendo correções **Joelma coloca em votação a Ata da 2ª Reunião Extraordinária do**  
113 **CES/PR sendo aprovada por todos.** Enquanto aguarda representante da SESA para a  
114 apresentação dão PARTICIPASUS, **Joelma coloca como ponto de pauta a Comissão**  
115 **Intergestores Bipartite,** informando que os representantes do Conselho José Carlos Leite  
116 (titular) e Maria Elvira Araújo (suplente), Magda Lúcia (titular) e Luiz Carlos Silva de Oliveira,  
117 (suplente) no ano de 2008 devem ser substituídos, até mesmo porque dois deles não são mais  
118 conselheiros. Fala que todos podem participar mais deveria se priorizar os conselheiros  
119 residentes em Curitiba, pois as reuniões não são na seqüência das reuniões do Conselho. Diz  
120 ainda da importância de que os representantes do CES na CIB sejam interlocutores no espaço a  
121 fim de que o Conselho conheça o pactuado na CIB. **Joel Tadeu, FAMOPAR** se diz contrário a  
122 sugestão da presidente Joelma, pois os conselheiros que residem em Curitiba podem participar  
123 independentemente de indicação. É favorável a manutenção de dois titulares e dois suplentes.  
124 **Sônia Anselmo** diz que apesar da sugestão da mesa é importante que todos possam ter a  
125 oportunidade de participar dessa indicação. Fala da importância da CIB como instância de  
126 pactuação de todas as ações referentes ao SUS no estado do Paraná e o Conselho não tem  
127 conhecimento das mesmas. Coloca seu nome à disposição para participar desta comissão. **Joel**  
128 **Tadeu** também se coloca a disposição para participar. **Malú, ASSEMPA** também se coloca a  
129 disposição. **Amauri, ANEPS** também se coloca a disposição para participar da comissão.  
130 **Sueli, CRESS** como integrante da mesa diz da importância de que o conselheiro que  
131 representar na CIB deve ter o mínimo de conhecimento sobre a comissão, do que se trata nesta  
132 comissão, qual o papel dessa representação do Conselho na CIB e a responsabilidade que terão

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

133 de trazer os informes de importância para o Conselho. Diz que o CRESS indica o nome da  
134 Carmen representante da ABEN no Conselho para ser integrante da CIB, uma vez que a mesma  
135 conhece os instrumentos de gestão e já participou em outras ocasiões. **Carmem** concorda com  
136 a indicação. Joel Tadeu diz que a conselheira Carmen pode participar da CIB mesmo sem a  
137 indicação do Conselho e informa que os representantes do Conselho não podem votar. Defende  
138 a indicação do seu nome. Joelma sugere que os titulares possam ser um trabalhador e um  
139 usuário, e os suplentes usuários. **João de Tarso** sugere que logo após a votação se escolha  
140 um relator que será responsável por informar ao Conselho sobre as reuniões da CIB. **Joelma**  
141 diz que os 4(quatro) representantes terão que ser responsabilizados. **Sônia Anselmo** diz que  
142 os conselheiros que forem escolhidos tem que ter a responsabilidade de apresentar relatório da  
143 reunião sem ser cobrado. Lembra que já foi deliberado pelo Conselho que todos os conselheiros  
144 que participarem de eventos devem apresentar ao Conselho relatório sucinto de sua  
145 participação. Entende que no caso da Bipartite o relatório deve ser mais detalhado. **Malú** retira  
146 o seu nome. **Joel Tadeu** propõe que a indicação seja por dois anos e que haja um rodízio  
147 entre titulares e suplentes. **Joelma** entende que há consenso que uma vaga de titular será  
148 para o trabalhador e uma vaga de titular para o usuário. **Sônia** sugere que os  
149 encaminhamentos sejam votados e que os mais votados serão os titulares e na sequência os  
150 com menor número de votos sejam os suplentes. **Joelma coloca em votação a proposta da**  
151 **mesa de que as titularidades sejam uma do segmento de trabalhador e outra dos**  
152 **usuários, sendo aprovada com um voto contrário e duas abstenções.** A seguir **Joelma**  
153 **coloca em votação os nomes de Sônia Anselmo, Joel Tadeu e Amauri, ficando**  
154 **esclarecido que cada conselheiro vota somente em um indicado. Amauri Ferreira**  
155 **Lopes recebe 02 votos. Joel Tadeu recebe 06 votos e Sônia Anselmo 15 votos. A**  
156 **representação do Conselho na CIB fica assim constituída, Sônia Anselmo e Carmen**  
157 **titulares e Amauri Ferreira Lopes e Joel Tadeu Corrêa suplentes.** A seguir **Lilium**  
158 procede a leitura de dois ofícios recebidos no Conselho. O primeiro da SESA que trata do  
159 Decreto 6.352, de 26 de fevereiro de 2010, sobre a Política de Controle do Tabagismo no  
160 Paraná e a formação do Comitê de Fiscalização e Controle do Tabagismo para o qual solicita a  
161 indicação de um conselheiro. O segundo ofício sobre o Projeto Olhar Brasil com previsão de  
162 acompanhamento por uma equipe interinstitucional para o qual o Conselho deve indicar um  
163 titular e um suplente. **Ficam indicados para o Comitê de Fiscalização e Controle do**  
164 **Tabagismo João de Tarso, titular e Marina Assanuma, suplente. Para a Câmara**  
165 **Técnica do Projeto Olhar Brasil Terezinha, titular e Soraia, suplente. Joelma** informa  
166 que os representantes da SESA que apresentariam o ponto de pauta sobre o PARTICIPASUS, só  
167 poderão estar presentes no período da tarde, portanto dará sequência a reunião com as  
168 Comissões Temáticas. A seguir passa-se ao **próximo item da pauta, Comissão de**  
169 **Vigilância Sanitária: Valdir** cumprimenta a todos e inicia lembrando solicitação passada de  
170 realização de Seminário sobre os riscos dos contaminantes ambientais e traz a proposta de que  
171 o Seminário seja realizado no mês de setembro. **Lilium** esclarece que é importante que a  
172 Comissão apresente o projeto para que o mesmo seja levado a SESA e haja um estudo de  
173 viabilidade orçamentária, pois existe recurso, mas não existe orçamento. Diz que apresentará a  
174 SESA a necessidade orçamentária do Conselho. Celinha, SESA fala da importância do Conselho  
175 planejar suas ações e seus gastos para apresentar a SESA e ser viabilizado na peça  
176 orçamentária. **Terezinha, IBDVA** lembra que está aprovado no Conselho a realização de  
177 Seminário sobre deficientes físicos e gostaria de saber se o mesmo acontecerá. **Joelma**  
178 informa a Terezinha que o Seminário será realizado. **Valdir** lembra da importância do Conselho



**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

179 trabalhar com planejamento e diz que para a realização do Seminário dos riscos dos  
180 contaminantes ambientais a Comissão também poderá buscar algumas parcerias para a  
181 realização do mesmo. **Rosita** coloca em votação a realização no segundo semestre do  
182 Seminário sobre os riscos dos contaminantes ambientais que deverá contar com algumas  
183 parcerias, sendo o mesmo aprovado sem nenhum voto contrário e uma abstenção. **Valdir** fala  
184 da importância das comissões terem um note book com acesso a internet a disposição para  
185 facilitar os trabalhos da mesma. **Liliam** informa que para a próxima licitação de hotel estão  
186 previstas seis salas e aluguel de note para os trabalhos das comissões. **Valdir** fala de sua  
187 participação do Comitê de Ética Biocêntrica e do relatório que está elaborando para ser enviado  
188 aos conselheiros. Procede a leitura resumida do mesmo. **Liliam** informa que estão presentes à  
189 reunião alunos da PUC. Um dos alunos fala rapidamente sobre o objetivo da visita. A seguir  
190 passa ao **próximo item de pauta, Comissão de Saúde Mental, Amauri, ANEPS** inicia  
191 agradecendo aos conselheiros que se fizeram presentes nas etapas regionais da Conferência de  
192 Saúde Mental. Fala do "Dia da Luta Antimanicomial" e da importância de mobilização. Sobre o  
193 Relatório de Gestão o mesmo será apreciado pela Comissão no próximo mês. Solicita que sejam  
194 convidadas duas representantes de entidades para estarem participando da IV CESMI, Sônia  
195 Alice Filde Maia, da Secretaria de Justiça e Zelinda Zanguiste do CEDECA. A seguir apresenta o  
196 Regimento Interno da IV Conferência Estadual de Saúde Mental – Intersetorial do Paraná:  
197 Resolução CES/PR Nº 009/10 - O Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR,  
198 regulamentado conforme disposto no inciso III do artigo 169 da Constituição Estadual e artigo  
199 1º das Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de  
200 1990, pelas Leis Estaduais nº 10.913, de 04 de outubro de 1994, e nº 11.188, de 09 de  
201 novembro de 1995, no uso de sua competência regimental conferida pelo art. 5º, reunido na  
202 162ª Reunião Ordinária de 30 de Abril de 2010. **RESOLVE: Aprovar o Regimento Interno**  
203 **da IV Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial do Paraná**, nos dias 18 e 19  
204 de maio de 2010, em Curitiba, Paraná. **CAPÍTULO I - OS DELEGADOS E OBSERVADORES:** Art.  
205 1º São considerados delegados para a IV Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial do  
206 Paraná os representantes de entidades, órgãos e instituições eleitos e inscritos segundo  
207 critérios previamente estabelecidos no Regulamento da IV CESMI do Paraná, e que se  
208 credenciarem das 07h00 até às 10h00 do dia 18 de Maio de 2010. § 1º O credenciamento dos  
209 suplentes como delegados para a IV CESMI, em substituição aos titulares ausentes, será  
210 realizado das 10h00 às 12h00 do dia 18 de maio de 2010. § 2º O Suplente que passar para  
211 condição de titular, deverá assumir a opção do grupo de trabalho escolhido pelo titular no ato  
212 da inscrição, garantindo a paridade para a realização da IV CESMI. Art. 2º Os observadores  
213 farão sua inscrição entre 10h00 e 12h00 do dia 18 de Maio de 2010 por ordem de chegada,  
214 encerrando-se as inscrições no momento em que atingir 20% do total de delegados inscritos e  
215 presentes (pós-credenciamento) na IV CESMI, conforme o seu Regulamento. **CAPÍTULO II -**  
216 **GRUPOS DE TRABALHO** Art. 3º Serão organizados 10 (dez) Grupos de trabalho, conforme  
217 estabelecido no Regulamento. § 1º Os grupos de trabalho serão realizados no local do evento,  
218 no período da tarde do dia 18 de Maio de 2010, com início previsto para as 13h30,  
219 impreterivelmente e término às 18h00. § 2º Será garantido um período máximo de quatro horas  
220 para os trabalhos dos grupos. § 3º Os grupos deverão ter como base para a discussão o tema  
221 central da IV CESMI. *Alínea A.* As teses textos devidamente inscritas conforme Regulamento da  
222 IV CESMI, serão lidas e debatidas nos grupos de trabalho, e quando aprovadas por pelo menos  
223 70% dos delegados, serão incorporadas à versão preliminar do Relatório Final. § 4º Poderão ser  
224 apresentadas novas propostas nos grupos de trabalho, por escrito, por participantes, mesmo

30 DE Abril de 2010

225 que não estejam presentes, desde que aprovadas por pelo menos 70% dos delegados dos  
226 respectivos grupos, para serem incorporadas nos relatórios das mesmas. Art. 4º A opção de  
227 inscrição para os grupos de trabalho será feita no momento do preenchimento da ficha de  
228 inscrição dos delegados, garantindo-se a representação dos diferentes segmentos em cada  
229 grupo, respeitando-se a paridade. § 1º Nas opções dos temas, a ordem de preferência seguirá  
230 o seguinte critério: não havendo vaga no primeiro grupo de trabalho, será indicado o segundo  
231 grupo de trabalho e assim sucessivamente. § 2º Serão aceitas as inscrições de observadores  
232 em cada grupo de trabalho, respeitando o limite máximo de 20% dos delegados presentes. Art.  
233 5º Cada grupo de trabalho terá um coordenador, um facilitador, um relator indicado pela  
234 Comissão Organizadora, e um relator adjunto escolhido pelo grupo. § 1º Compete ao  
235 Coordenador: I – proceder à apresentação dos integrantes; II – esclarecer dúvidas quanto à  
236 dinâmica do grupo; III – orientar os trabalhos, para que cada grupo de trabalho discuta o tema,  
237 respeitando-se a ordem de discussão proposta; IV – solicitar ajuda da Comissão Organizadora  
238 para a resolução dos problemas operacionais, de logística e casos omissos. § 2º Cabe aos  
239 relatores: I – Redigir os encaminhamentos aprovados pelos participantes, de maneira clara e  
240 compreensível; II – Sintetizar as conclusões que deverão compor a consolidação das propostas  
241 aprovadas para versão preliminar do Relatório Final até as 19h00, e entregar para a Comissão  
242 de Sistematização e Relatoria da IV CESMI até as 19h30m do dia 18 de Maio de 2010. § 3º  
243 Cabe ao Facilitador: I – contribuir na discussão temática, subsidiando o grupo com informações  
244 técnicas; Art. 6º Para compor a versão preliminar do Relatório Final as propostas deverão  
245 contar com aprovação de no mínimo 50% mais um dos delegados presentes nos grupos de  
246 trabalhos § 1º Os delegados têm direito à voz e a voto. Os convidados e observadores têm  
247 direito somente a voz durante as atividades dos grupos de trabalhos; § 2º A Comissão de  
248 Sistematização e de Relatoria deverá entregar a consolidação sistematizada das propostas  
249 aprovadas e constantes dos diversos relatórios dos grupos de trabalhos até 08h00 do dia 19  
250 maio de 2010 à Comissão Organizadora da IV CESMI. *Parágrafo Único:* A Comissão de  
251 Sistematização e de Relatoria e a Comissão Organizadora da IV CESMI garantirão a entrega do  
252 Relatório Final sistematizado, aos Delegados, no início dos trabalhos da Plenária Final no dia 19  
253 de maio de 2010 às 08h00. CAPÍTULO III - DA PLENÁRIA FINAL - Art. 7º A Plenária Final da IV  
254 CESMI tem como objetivos: I – discutir e aprovar o Relatório Final com as propostas aprovadas  
255 nos grupos trabalho no dia anterior, ou seja, 18 de maio de 2010; II – homologar os delegados  
256 eleitos para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial; III – apreciar, e votar as  
257 moções. Art. 8º Participam da Plenária Final todos os membros da IV CESMI. Os delegados  
258 terão direito à voz e voto. Os convidados e observadores terão direito somente a voz. *Parágrafo*  
259 *único.* A Comissão Organizadora designará os assentos específicos para delegados da IV CESMI,  
260 no auditório onde será realizada a plenária final. Os convidados e observadores terão seus  
261 assentos garantidos, porém em local separado dos delegados. Art. 9º Os trabalhos serão  
262 coordenados e secretariados por uma Mesa paritária composta por membros indicados pela  
263 Comissão Organizadora e aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde do Paraná. Art. 10º A  
264 apreciação e votação do Relatório Final serão encaminhadas da seguinte forma: I – será  
265 efetuada a leitura do Relatório Final, sendo assegurado aos presentes o direito de solicitar  
266 verbalmente o destaque de pontos para posterior discussão na Plenária; II – os itens que não  
267 tiverem destaque após a leitura do Relatório Final estarão automaticamente aprovados; III – as  
268 solicitações de destaques feitos verbalmente, que remetam à alteração de redação, deverão ser  
269 encaminhadas em seguida à Mesa Coordenadora por escrito, constituindo-se em proposta de  
270 redação alternativa em relação ao item destacado. *Alínea A.* Será garantido apoio especializado



**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

271 às pessoas com deficiências para a sua manifestação. IV – a cada proposta em destaque será  
272 garantida uma manifestação favorável e uma contrária, por no máximo dois minutos para cada  
273 parte; deve-se consultar se a Plenária está esclarecida. Estando a Plenária esclarecida, a  
274 matéria será imediatamente votada. Se a Plenária não estiver esclarecida, a Mesa  
275 Coordenadora poderá abrir para duas novas intervenções, sendo uma favorável e outra  
276 contrária obedecendo ao tempo de dois minutos; V – a aprovação das propostas dar-se-á por  
277 maioria simples dos votos dos delegados presentes, através dos respectivos crachás; VI – o  
278 crachá dos delegados é de caráter pessoal e intransferível, de confecção única de cor vermelha  
279 sendo vedada a confecção de novo crachá, mesmo em caso de perda; VII – os destaques que  
280 envolvem questões de semântica ou de redação, que não alterem o sentido do texto base, não  
281 serão apreciados pela Plenária, cabendo à Comissão de Sistematização e Relatoria estabelecer a  
282 redação para o Relatório Final. Art. 11 As intervenções em plenária terão precedência na  
283 seguinte maneira: I – questão de ordem; II – questão de esclarecimento; III – questão de  
284 encaminhamento. § 1º O questionamento pela ordem à Mesa Coordenadora dar-se-á quando o  
285 Regimento Interno ou a Legislação não estiverem sendo cumpridos. § 2º O questionamento de  
286 esclarecimento à Mesa Coordenadora dar-se-á quando os delegados não estiverem esclarecidos  
287 quanto à proposta em questão. § 3º O questionamento de encaminhamento à Mesa  
288 Coordenadora dar-se-á quando os delegados sentirem que está havendo obstrução dos  
289 trabalhos. § 4º Durante os processos de votação estarão vedados os levantamentos de  
290 questões de ordem, de esclarecimento, ou de encaminhamento. CAPÍTULO I DO PROCESSO  
291 ELEITORAL - Art. 12 O Processo Eleitoral para eleger os 53(cinquenta e três), delegados do  
292 Paraná para a IV CNSMI, acontecerá das 13h30 às 14h30 no dia 19 de Maio de 2010; divididos  
293 abaixo conforme regulamento da IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial:  
294 Usuário 20(vinte); Trabalhadores 10(dez); Gestores e Prestadores 10(dez) e Intersetoriais afins  
295 13(treze). § 1º Serão membros da Comissão Eleitoral Especial, representantes de entidades,  
296 órgãos e instituições que integrem ou não o CES/PR, que participarão na condição de  
297 convidados e indicados pela comissão organizadora da IV Conferência Estadual de Saúde  
298 Mental – Intersetorial, em um número de dez (10) componentes. § 2º Cada segmento terá no  
299 mínimo 02 (duas) pessoas designadas pela comissão organizadora que terão o papel de  
300 coordenar o processo de escolha dos delegados, sendo que as pessoas indicadas não poderão  
301 concorrer a vaga de delegados. CAPÍTULO V - DAS MOÇÕES: Art. 16 Serão apreciadas as  
302 moções encaminhadas por escrito, pelos participantes da IV CESMI, à Secretaria da mesma até  
303 as 12h00 do dia 19 de maio de 2010. § 1º Cada moção, será acolhida pela IV CESMI quando  
304 cumprir o critério de ter no mínimo de 10% dos delegados credenciados na IV CESMI  
305 constando: o nome completo legível, RG, entidade/órgão/instituição que representam e  
306 assinatura. § 2º A Secretaria da IV CESMI organizará as moções recebidas, classificando-as por  
307 área temática, de forma a facilitar o andamento dos trabalhos. Art. 17 A aprovação das moções  
308 dar-se-á por maioria simples dos delegados presentes. CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES  
309 FINAIS - Art. 18 Em 90 dias a Comissão Organizadora IV CESMI da elaborará os Anais da IV  
310 CESMI compreendidos de Relatório Final e Moções aprovadas e remetê-los a todas as  
311 entidades, órgãos e instituições presentes à IV CESMI, todos os Conselhos Municipais de Saúde  
312 e Secretarias Municipais de Saúde do Estado do Paraná. Art. 19 A Secretaria de Estado da  
313 Saúde – SESA fica responsável pela publicação e divulgação do Relatório Final em 90 (noventa)  
314 dias após a entrega do mesmo, garantido quando solicitado a sua versão em *Braille* e Cd-Rom.  
315 Art. 20 Os casos omissos, não previstos neste Regimento Interno, serão resolvidos pela  
316 Comissão Organizadora da IV CESMI. Curitiba, 30 de Abril de 2010. Joelma Aparecida de Souza

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

317 Carvalho. Presidente do CES/PR. Homologo a Resolução CES/PR n.º....., nos termos do §  
318 2º, art. 1º, da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Carlos Augusto Moreira  
319 Junior. Secretário de Estado da Saúde. **Valdir** pede esclarecimento de como será a  
320 programação no dia da Conferência, pois não consta do Regimento. **Joelma** concorda com  
321 Valdir pois o Regimento Interno é para o dia da Conferência portanto deve constar do mesmo a  
322 programação, solicita a Comissão Organizadora que acrescente a programação ao Regimento. A  
323 seguir passa-se aos destaques. **Artigo 3º Elaine** solicita que seja repensado os 70%, vez que  
324 sempre se trabalhou com 30%. Oswaldino, Comissão Organizadora diz que nas últimas  
325 conferências o número trabalhado foi 70% para que na plenária não seja debatida propostas  
326 com baixa aprovação no grupo. **Joelma** coloca em votação que seja mantido os 70% como  
327 proposta um, recebendo 10 votos e 30% como proposta dois, proposta do SINDSAÚDE,  
328 recebendo 11 votos, sendo aprovada a proposta de 30%. **Sônia Anselmo** solicita que seja  
329 feita correção no parágrafo único do artigo 6º para que fique em consonância com o anterior.  
330 Sugere que o relatório preliminar final seja reproduzido através de telão e não feito cópias para  
331 todos os delegados, por uma questão de economicidade, de manter os delegados presentes ao  
332 plenário e por respeito ao meio ambiente. **Joelma** sugere a retirada deste parágrafo o que  
333 todos concordam. Artigo 7º, **João de Tarso**, solicita que seja retirado do texto, ou seja, e  
334 correção onde se lê relatório final que seja relatório preliminar, o que todos concordam. **Artigo**  
335 **8º, Oswaldino**, solicita que seja retirado, somente, o que todos concordam. **Artigo 11,**  
336 **parágrafo terceiro, João de Tarso**, solicita correção onde se lê, questão pela ordem, que  
337 seja, questão de ordem, correção aprovada por todos. **Artigo 12, parágrafo segundo,**  
338 **Elaine** sugere que seja feito um regimento eleitoral para estabelecer os critérios de vagas para  
339 a Conferência Nacional e acrescida a redação de novo artigo ou parágrafo estabelecendo que as  
340 vagas serão distribuídas conforme regulamento eleitoral. Amauri concorda com a sugestão da  
341 conselheira, e que o mesmo deve ser definido no pleno do Conselho. **Joelma** indica que seja  
342 formada uma comissão para elaboração do Regimento Eleitoral uma vez que não há mais  
343 tempo hábil para a aprovação do Conselho. **Sônia Anselmo** lembra que não haverá processo  
344 eleitoral e sim um processo de escolha para delegados, pede que a proposta de regimento  
345 eleitoral seja melhor discutida. **Elaine** diz que concorda em parte, e propõe que seja elaborado  
346 um documento orientador para a escolha dos delegados à Conferência Nacional. **Oswaldino**  
347 fala da importância da escolha de representantes do Conselho para que acompanhem o  
348 processo de escolha. **Sônia Anselmo** diz que se for um documento orientador retira sua  
349 proposta. Sugere que seja melhor redigido o artigo, retirando a palavra processo eleitoral e  
350 corrigido, para processo de escolha. **Joelma** lembra que o Regulamento trata de Comissão  
351 Eleitoral, portanto o texto deve ser adequado aquele Regulamento para ao tornar o Regimento  
352 ilegal. **Elizabeth Cândido** faz sugestão de redação a qual todos concordam. Artigo 16,  
353 parágrafo primeiro, **Soraia** pergunta se haverá equipamento suficiente para que as pessoas  
354 possam digitar as moções e se para os que não sabem usar o computador se haverá alguém  
355 disponível para atender essas pessoas. **Amauri** diz que a comissão se encarregará de  
356 disponibilizar o necessário. **Parágrafo segundo, Terezinha**, sugere que seja verificada se a  
357 moção é mesmo uma moção e não um texto de proposta. **Artigo 18, João de Tarso**, sugere  
358 que seja acrescido no artigo, CES/PR, o que todos concordam. **Artigo 19, Terezinha**, sugere  
359 crescer Biblioteca Pública do Paraná e quando solicitado por outros, sendo acatado por todos.  
360 A seguir passa-se a escolha dos representantes dos segmentos para participar do processo de  
361 escolha de delegados. São sugeridos os nomes de Valdir, Sirlene, Terezinha, Nilson, Soraia,  
362 Celinha, Erivani e Beth CLaidth, aprovado pelos conselheiros. A seguir **Joelma coloca em**

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

363 **votação o Regimento Interno da IV Conferência Estadual de Saúde Mental –**  
364 **Intersetorial do Paraná, com as correções e inclusões sugeridas, sendo aprovado por**  
365 **todos. Amauri** faz a leitura da programação que será acrescida ao Regimento. Amauri lembra  
366 que alguns conselheiros não participaram de Conferência Regional e nem Municipal. **Joelma** diz  
367 que no seu entendimento o Regulamento da Conferência precisa ser cumprido, e os  
368 conselheiros só poderão se inscrever como delegado nato se tiverem participado de Conferência  
369 Regional ou Municipal. **Elaine** diz que não conseguiu cumprir esse quesito, mas acha que no  
370 seu caso essa vaga deve ser direcionada ao trabalhador. **Joelma** lembra mais uma vez da  
371 necessidade de se cumprir o Regulamento e o Regimento da Conferência e que os conselheiros  
372 que não o cumpriram poderão participar como observadores. **Rosana, Ecoforça** diz que por  
373 outras agendas não pode participar das etapas preparatórias da Conferência e pergunta se ao  
374 conselheiro que não participou será garantida vaga como observador. **Irene** diz que também  
375 não pode participar de nenhuma etapa preparatória e acha injusto que o conselheiro tenha  
376 vaga garantida de observador, pois o mesmo deve disputar em igualdade com os outros  
377 candidatos. **Amauri** respondendo a Rosana diz que não será possível reservar vaga de  
378 observador aos conselheiros. Encerra-se o período da manhã. **Joelma Carvalho** reabre a  
379 reunião o período vespertino após a constatação do quórum necessário. Inicialmente **Joelma**  
380 cumprimenta os conselheiros aniversariantes do mês de abril e também brinda-os com um  
381 parabéns. A seguir passa ao **próximo item da pauta, Comissão de Acesso ao SUS:**  
382 **Amadeu** informa que foi realizada na Comissão a eleição de Coordenador e Relator, sendo  
383 Sílvia, coordenadora e Amadeu, relator. Apresenta as considerações da comissão sobre o  
384 Relatório de Gestão que definiu por debater somente os pontos referentes à sua competência,  
385 Saúde Acessível a todos, Saúde perto de você e a Saúde mais perto de você. O Relatório foi  
386 aprovado com ressalvas, indicando as correções: Com relação a alta complexidade consta no  
387 Relatório a meta de três unidades e foram implantadas somente duas; com a explicação dada  
388 por representante da SESA a unidade que não foi implantada é a de oftalmologia que aguarda  
389 credenciamento pelo Ministério da Saúde. Com relação ao SAMU as portarias foram publicadas  
390 e os projetos estão em fase de reestruturação pelos municípios das Centrais SAMU. Quanto aos  
391 micro ônibus o relatório não trazia para quais municípios os mesmos seriam entregues. Ficou  
392 esclarecido que serão para os municípios que têm Consórcios sendo dois para cada município.  
393 Com relação as UPAS a portaria foi publicada em dezembro de 2009 por isso não existem UPAS  
394 implantadas. Sobre o HEMEPAR deverão encaminhar dados para a correção da tabela de  
395 produção e metas. Outro ponto debatido na reunião foram os Hospitais Zona Norte e Zona Sul  
396 com solicitação de apresentação ao plenário de resultado de auditoria sobre o convenio  
397 SESA/CISMEPAR. Amadeu informa que foi solicitado um prazo de sessenta dias para a  
398 conclusão do relatório de auditoria, portanto o assunto deverá ser pauta da reunião do mês de  
399 junho de 2010. Solicita ponto de pauta para apresentação do Relatório do Seminário Regional  
400 Sul e Sudeste para implantação das políticas integradas da população negra. Solicita também  
401 envio de ofício ao Ministério da Saúde, a Dra. Ana Costa ou Dra. Jacinta integrantes da  
402 Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa para falar ao Conselho sobre a Implementação  
403 das Políticas Integral da População Negra e envio de ofício à 17ª Regional de Saúde informando  
404 sobre a aprovação da realização de Seminário sobre a saúde integral da população negra. Fala  
405 do debate na Comissão sobre a disponibilização de vacina da gripe H1N1 aos professores que  
406 estão expostos diretamente a riscos constantes, pois a cada turno de trabalho estão atendendo  
407 uma média de 200 alunos. Alerta que a prevenção tem menor custo do que se o profissional  
408 ficar doente e que o montante de vacinas seria de 30% ao número de professores vez que

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

409 muitos já se enquadraram em outros critérios para receber a vacina. A comissão posicionou-se  
410 favorável a vacinação aos professores e pede o aval do Conselho, com envio de ofício a SESA  
411 para que disponibilize as vacinas remanescente da meta estabelecida pelo estado. A comissão  
412 apreciou o folder relativo ao I Simpósio Nacional de Saúde da População Negra e HIV/AIDS que  
413 será realizado em Campinas e solicita ao Conselho a aprovação de três conselheiros com as  
414 despesas pagas para participarem do evento. **Terezinha (Mãe Omim)** relata que esteve  
415 representando o CES no Seminário Regional Sul e Sudeste e que o relatório encontra-se na  
416 Secretaria Executiva do Conselho à disposição de todos. Fala do evento do Forum sobre  
417 Matrizes Africanas, nos dias 27, 28 e 29 de agosto, em Curitiba, onde será debatido a Política  
418 Integral da Saúde da População Negra e solicita a indicação de quatro conselheiros para  
419 estarem presentes ao evento. Lembra que em Londrina no mês de maio também será realizado  
420 Seminário Regional para falar sobre a Política Integral de Saúde da População Negra. Fala dos  
421 diversos eventos realizados pela Rede de Mulheres Negras nos diversos enfoques da saúde da  
422 população negra e de novo evento que será realizado no mês de setembro. **Joelma coloca**  
423 **em votação as demandas da Comissão de Acesso ao SUS, apresentação ao plenário**  
424 **de resultado de auditoria sobre o convenio SESA/CISMEPAR no mês de junho; envio**  
425 **de ofício a SESA para que disponibilize as vacinas da gripe H1N1, remanescente da**  
426 **meta estabelecida pelo estado aos professores da rede de ensino; indicação de três**  
427 **conselheiros com despesas pagas para participarem do I Simpósio Nacional de**  
428 **Saúde da População Negra e HIV/AIDS que será realizado em Campinas e a**  
429 **aprovação da realização do Seminário Regional de Implementação da Política**  
430 **Integral de Saúde da População Negra, sendo aprovado por todos.** A seguir são  
431 indicados os quatros representantes para participar do evento do Fórum. Ficam aprovados:  
432 Celinha, Maria Elvira, Elizabeth Cândido. A seguir passa-se ao próximo item. **João de Tarso**  
433 pede que as ressalvas apontadas no Relatório de Gestão sejam parte do Relatório da Comissão  
434 de Orçamento. Representante da SESA pede aos conselheiros, atenção com a realização dos  
435 eventos e sua compatibilização com o orçamento, os eventos devem ser programados.  
436 **Terezinha (Mãe Omim)** pergunta se o envio de correspondência a representante do Ministério  
437 da Saúde para que possa vir falar sobre a Política Integral de Saúde da População Negra, à  
438 Comissão e ao Conselho, está aprovada. **Joelma** esclarece que todos os pontos solicitados pela  
439 comissão serão encaminhados. **Terezinha, IBDVA** lembra que no Relatório de Gestão não  
440 poderão ser incluídas novas propostas, pois o mesmo refere-se ao período de 2009. Diz ainda  
441 que na Comissão não ficou esclarecido para o IML de que localidade foi enviado o furgão. A  
442 seguir passa-se ao próximo ponto da pauta, **Comissão de Recursos Humanos: Soraia,**  
443 **SINDSAÚDE,** relata que no ano de 2009 foi realizado em Seminário de sensibilização para  
444 instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUS, com indicação no Seminário de  
445 realização de reunião no mês de abril de 2010, e que por falta de agenda do Ministério da  
446 Saúde a mesma não ocorreu. Será realizado novo seminário sobre o assunto que já foi  
447 anteriormente aprovado pelo Conselho, sendo necessária a previsão orçamentária. A comissão  
448 também aprovou visita ao Hospital de Jaguariaiva para verificação dos trabalhos executados  
449 pelo mesmo. **Elaine** esclarece que não será exatamente um Seminário e sim uma reunião  
450 ampliada com vários representantes dos setores para elaboração do Regimento Interno da  
451 Mesa de Negociação. Será realizado em Curitiba e cada entidade arcará com suas despesas.  
452 **João de Tarso** diz que colocou para apreciação da Comissão denúncia de construção de mini  
453 Unidades de Saúde, onde algumas nem banheiros têm para uso dos pacientes. Solicita que o  
454 Ministério da Saúde seja de alguma forma comunicado. Soraia reforça as palavras de João de

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

455 Tarso dizendo que a denúncia trazida também é de que o local não é apropriado ao trabalhador  
456 e que a Vigilância Sanitária do município é conivente. Solicita que o CES aprove Resolução  
457 denunciando o fato e solicitando uma fiscalização estadual rigorosa em relação a esses novos  
458 postos de saúde. FalaM que existem normas do Ministério da Saúde que devem ser seguidas  
459 para construção de unidades de saúde e hospitais. **Joelma coloca em votação o envio da**  
460 **denúncia a Vigilância Sanitária do Estado para que a mesma proceda a verificação e**  
461 **aponte as irregularidades e como resolve-las, sendo aprovada por todos.** O Conselho  
462 aprova também os outros encaminhamentos da Comissão. A seguir passa-se ao **próximo item**  
463 **da pauta, Comissão de Saúde da Mulher: Malu, ASSEMPA** relata que o Relatório de  
464 Gestão foi aprovado com as algumas ressalvas. Informa que algumas reivindicações  
465 apresentadas ao Secretário no ano anterior foram implantadas e outras ainda não, portanto a  
466 Comissão encaminhará a Superintendência as demandas que não foram contempladas.  
467 **Celinha** diz que a principal ressalva ao Relatório são as demandas apresentadas no mês de  
468 maio de 2009 ao Secretário de Estado da Saúde sobre a Atenção Integral à Saúde da Mulher, e  
469 como a demanda não avançou no conjunto durante o ano de 2009. A comissão debaterá esses  
470 assuntos em suas reuniões e anexará as demandas a Agenda Estadual de Saúde. A seguir  
471 passa-se ao **próximo ponto da pauta, PARTICIPASUS: Ewerton** Apresenta a execução do  
472 PARTICIPASUS de 2008 e 2009. Esclarece que o primeiro recurso do PARTICIPASUS foi  
473 depositado no ano de 2008, correspondendo a R\$999.995,62. O recurso referente a Portaria  
474 2588 foi depositado em 2009, correspondendo a R\$1.136.532,00, o recurso da Portaria 2344 foi  
475 depositado dia 20 de janeiro de 2010, correspondendo a R\$340.000,00 sendo o restante do  
476 recurso dividido para de municípios. Dos valores recebidos 45% já foi utilizado da seguinte  
477 forma: R\$802.522,00 com o controle social; R\$78.807,00 com monitoramento e avaliação;  
478 R\$7.400,00 com a Ouvidoria; R\$92.461,40 com a Auditoria; R\$75.000,00 com passagens  
479 aéreas com os quatro eixos, totalizando um gasto de R\$1.056.190,59. Esclarece que se chegou  
480 a esse valor através de levantamento de todos os empenhos com o recurso do PATICIPASUS.  
481 Diz que está se pensando em cursos de especialização para Vigilância Sanitária e cursos de  
482 Auditoria já estão sendo realizados; lembra que está em negociação a realização de curso sobre  
483 Orçamento Público. Recomenda que seja previsto no orçamento a realização da Conferência  
484 Estadual de Saúde, com o que Liliam concorda. **Elaine** pergunta se os gastos com auditoria são  
485 com auditores e de que esferas de gestão do SUS? Ewerton responde que são gastos com  
486 capacitação, seminário e outros para todas as esferas de gestão do SUS. **Elaine** refere-se ao  
487 gasto com a Ouvidoria do SUS que atende todo o estado como muito baixa. **Ewerton** diz que a  
488 estrutura da Ouvidoria não é adequada, necessita de mais recursos humanos para realizar o  
489 trabalho, portanto a capacitação não foi o esperado. **Elaine** pergunta se o realizado atende o  
490 Plano do PARTICIPASUS aprovado no Conselho. **Ewerton** responde que tudo é feito de acordo  
491 com o Plano de Aplicação. **Joelma** agradece a presença e a apresentação do Ewerton que em  
492 uma próxima oportunidade apresentará o PLANEJASUS. A seguir passa-se ao **próximo item**  
493 **da pauta, Comissão de Orçamento: João de Tarso** apresenta o relatório da Comissão.  
494 Inicialmente lendo a Ata da Reunião informa o debate sobre a realização de Seminário sobre  
495 orçamento público, com carga horária de 40 horas, em dois turnos, na cidade de Curitiba, com  
496 data provável para julho de 2010. A proposta foi aprovada pela comissão para encaminhamento  
497 ao plenário. Tratou também da realização de curso sobre direito sanitário para a SESA e  
498 conselheiros, a ser realizado em Curitiba, com a organização da SESA, foi aprovado o  
499 encaminhamento ao plenário para votação. **João** diz que no debate ficou evidenciado a falta de  
500 leitos psiquiátricos no Paraná para portadores de distúrbios mentais e leitos para internamento



30 DE Abril de 2010

501 em isolamento para doenças infecto contagiosas, votado e aprovado os encaminhamentos.  
502 Houve informação de Dr. Carlos Manoel o percentual a ser gasto em saúde, que passa a ser  
503 oficial a partir de 30 de abril de 2010, referente ao exercício de 2009, cujo índice foi 12,08%.  
504 Sobre os questionamentos dos gastos em saúde informou-se que os valores estão englobados  
505 aos vetores que são gastos em outras Secretarias dentro do Fundo Estadual de Saúde. Foi  
506 solicitado que o estado empreenda ações visando a aprovação da Emenda Constitucional 29,  
507 juntamente com o CES para que não haja um hiato jurídico que possa dar margens a outras  
508 interpretações. Outras exigências foram definidas para aprovação no plenário. A elaboração da  
509 tabela própria em relação ao pagamento de medicamentos constando recursos próprios da  
510 união e do estado e os medicamentos autorizados via judicial pela SESA. Justificado os gastos  
511 com medicamentos por ações judiciais, sendo que foi salientado que é decisão do Supremo  
512 Tribunal Federal que preconiza essa obrigatoriedade. Os medicamentos são pagos com verbas  
513 do Fundo Estadual de Saúde. Questionado sobre o gasto com fardamento que foi justificado ser  
514 para o SIATE, considerado com objeto de ressalva por falta de regulamentação. Foram também  
515 debatidos os gastos do SAS, da Polícia Militar e o Programa Leite do Paraná serem considerados  
516 gastos em saúde, esses itens também são considerados pela comissão para ressalva. Sobre o  
517 Programa Nascer no Paraná que tem como meta a redução da mortalidade infantil, foram  
518 analisados gráficos ascendentes em cinco Regionais, Telêmaco Borba, Guarapuava, Francisco  
519 Beltrão, Cascavel e Irati. Diante dos fatos a comissão solicita ao plenário que a Coordenação de  
520 Epidemiologia realize estudo aprofundado para demonstrar as causas e traçar junto aos  
521 municípios metas de ação acompanhadas pelo estado em prevenção em mortes evitáveis.  
522 Sobre a não instalação até o momento da Mesa de Negociação do SUS e PCCV com os  
523 trabalhadores no ano de 2009, a comissão solicita constar como ressalva a não instalação da  
524 Mesa de Negociação do SUS Paraná, com participação dos trabalhadores. Quanto aos valores  
525 não pagos pelo estado e cuja diferença subtraísse do valor pago de 90.3% no ano de 2009. A  
526 comissão sugere como encaminhamento ao plenário solicitar melhor digestão da programação  
527 para os pagamentos de 2010. Outras solicitações foram: deverão constar no relatório anual o  
528 saldo em 31 de dezembro de 2009, para futuro acompanhamento da comissão e do Conselho.  
529 Em relação às tabelas da página 84 deverão constar os gastos anuais com medicamentos  
530 oriundos de ações judiciais; na página 88 deverá ser acrescentado a tabela, mais uma coluna, o  
531 estado empreender ações que visem a aprovação da Emenda Constitucional 29 juntamente com  
532 o CES/PR; uma coluna de gastos anual com todos os medicamentos. A comissão recomenda ao  
533 plenário que solicite a realização de estudos para verificar se os gastos em saúde trouxeram  
534 ganho real na qualidade de vida da população paranaense. Propostas de encaminhamentos ao  
535 plenário: Curso de orçamento sob a organização a critério da SESA de 40 horas; Curso em  
536 Direito Sanitário em Curitiba para servidores da SESA e conselheiros interessados; apresentação  
537 no atual relatório do saldo da conta em 31.12.2009, de forma complementar; parceria do  
538 estado para aprovação da Emenda Constitucional 29; realização de estudo profundo pela  
539 Coordenação de Epidemiologia sobre as causas e traçar junto aos municípios metas de ação  
540 acompanhadas pelo estado em prevenção em mortes evitáveis, nas Regionais citadas acima;  
541 verificar se houve aumento dos gastos em saúde e se trouxeram ganho real na qualidade de  
542 vida da população. Ressalva ao Relatório: Falta de leitos hospitalares para internamento e  
543 isolamento dos pacientes portadores de doenças infecto contagiosas no estado; falta de leitos  
544 para internamentos para pacientes psicóticos portadores de distúrbios mentais; gastos da  
545 Secretaria Estadual com vetores com verbas do Fundo Estadual de Saúde; a não apresentação  
546 da tabela própria da relação a medicamentos com verbas da união e estado; gastos com SAS,

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

547 Hospital Militar e o Programa Leite do Paraná; gastos com uniforme; a não instalação da Mesa  
548 Permanente de Negociação do SUS com participação dos trabalhadores para elaboração do  
549 PCCV. Todo relatório anual de gestão elaborado pela SESA deverá constar os gastos das contas  
550 bancárias datados de 31 de dezembro de cada ano; na página 84 deveria constar os gastos  
551 proporcionais da receita em saúde; na página 86 deveria constar os gastos com medicamentos  
552 e a fonte de financiamento. A Comissão de Orçamento após analisar o Relatório de Gestão  
553 2009 e fazer vários questionamentos para os técnicos da SESA tais como despesas com  
554 programa do leite, hospital militar, entre outros acima citados, opta por aprovar com ressalva o  
555 referido Relatório Anual de Gestão, julgando, outrossim, regular com ressalvas uma vez que a  
556 Emenda Constitucional 29 não está regulamentada. A seguir passa-se a Comissão de Vigilância  
557 Sanitária: **Valdir, ECOFORÇA** lembra que não se contam do Relatório de Gestão as propostas  
558 das conferências de saúde ambiental. Outro ponto: as sub-notificações de câncer de colo de  
559 útero, uma vez que os planos privados não notificam sobre a doença. Existe uma proposta da  
560 SESA de articulação com a Agencia Nacional de Saúde com a finalidade de receber essas  
561 notificações. A comissão nota melhora na apresentação do Relatório se comparado ao anterior,  
562 mas ainda deverá haver algumas alterações para melhor compreensão do mesmo em  
563 comparação ao Plano Estadual de Saúde e sugere que cada pasta de comissão deveria conter  
564 um exemplar do Plano para consulta. **Soraia** complementa a fala do conselheiro Valdir e diz  
565 que algumas metas não foram atingidas e não tem comparativo para saber o quantitativo e  
566 solicita a SESA que essas informações sejam repassadas à comissão para que a mesma possa  
567 compará-la com Plano Estadual de Saúde. A seguir passa-se a **Comissão de Saúde do**  
568 **Trabalhador: Nilson, Sindicato dos Farmacêuticos**, diz que a comissão aprova o Relatório  
569 de Gestão com as seguintes recomendações: 1. Viabilizar em 2010 os recursos humanos para  
570 completar os quadros dos CERESTS constituídos e para formação de quadro nos novos  
571 CERESTS que não foram habilitados par digerir as metas do Pacto pela Saúde; 2. Reiterar em  
572 2010 a viabilização de uma conta específica para o CEST/CEREST; 3. Concretizar as seguintes  
573 ações que foram pactuadas e não executadas em 2009: curso de especialização em saúde do  
574 trabalhador; curso de formação em saúde do trabalhador e compra de materiais permanentes,  
575 espirômetro, aparelhos de ecografia, computadores, automóveis e outros. Informa que foi feita  
576 uma correção na planilha do CEST e já enviada a SESA. A seguir passa-se a **Comissão de**  
577 **DST/HIV/AIDS: Sirlene** informa que a comissão aprova o Relatório de Gestão sem ressalvas.  
578 A seguir passa-se a **Comissão de Recursos Humanos: Soraia** informa que a comissão não  
579 aprovou o Relatório de Gestão, visto que, o Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos deveria  
580 ter sido implantado no mês de abril de 2009, e até agora não o foi. Ressalta que os cursos para  
581 os servidores do quadro próprio do estado não foram realizados. Deve haver um cronograma  
582 de cursos para os servidores do estado, visando à melhora do serviço prestado à população.  
583 Fica a sugestão de realização de Curso de Acolhimento ao paciente idoso. Outro ponto é a não  
584 implantação da Mesa de Negociação permanente do SUS. Refere-se também a carga horária  
585 dos trabalhadores, inclusive de algumas categorias que por legislação federal deveria ser  
586 menor. **João de Tarso** diz que os pontos apresentados pela conselheira Soraia foram  
587 debatidos na comissão, mas não foram votados. Soraia diz que o debatido na comissão foi  
588 somente a parte de gestão do trabalho e não houve votação por haver consenso no  
589 encaminhamento. A seguir passa-se a **Comissão de Municipalização e Consórcio:**  
590 **Elizabeth Cândido, CMP**, diz que a análise corresponde a parte do relatório, o mesmo que foi  
591 apreciado pela Comissão de Acesso ao SUS. Dúvidas referente a implantação do SAMU foram  
592 esclarecidas por Dr. Irvando. Na análise chegou-se a conclusão que houve avanços

**Conselho Estadual de Saúde do Paraná**

30 DE Abril de 2010

593 significativos na questão da estrutura e equipamentos, mas é preciso rever alguns casos  
594 específicos como o Hospital Regional de Paranaguá. Quanto aos objetivos pactuados é  
595 necessário que se estabeleça com urgência, instrumentos de acompanhamento para permitir o  
596 monitoramento e avaliação das pactuações já formalizadas. A Comissão de Municipalização e  
597 Consórcio aprova o Relatório de Gestão com as ressalvas apresentadas por ela e pelas outras  
598 comissões. **Silvia, UEM** informa que o estado pode acrescer patologias para notificação  
599 quando quiser, sem precisar consultar a Agência Nacional de Saúde. **Elaine** diz que com  
600 certeza o Relatório de Gestão será aprovado, mas a fragilidade da gestão é evidente, cita o  
601 conteúdo da página 9 do mesmo. Cita também como exemplo os recursos repassados aos  
602 Consórcios sem que se tenha uma projeção do que melhorou com esse aporte de recursos;  
603 aponta também a questão dos recursos destinados aos hospitais, que deveria trazer a  
604 progressão desses recursos ano a ano. Ressalta também a questão do repasse de recursos via  
605 convenio aos Hospitais de Francisco Beltrão e Campo Largo, sem que os mesmos fossem  
606 aprovados pelo Conselho. Outro ponto, são as reformas dos hospitais que caberia explicação  
607 das reformas do Hospital Infantil de Campo Largo e do Centro de Reabilitação, uma vez que as  
608 obras nem mesmo foram entregues e já existem reformas. Sugere que a Resolução contenha  
609 todas as ressalvas apresentadas pelas comissões, pontuando as fragilidades constantes do  
610 Relatório. A seguir passa-se a **Comissão de Interiorização: Sônia Anselmo** diz que a  
611 comissão analisou somente o item Democracia na Saúde, constante da página 66 do Relatório.  
612 O item apresentado está de uma forma muito geral e não dá visibilidade a todas as ações que o  
613 Conselho desenvolve, portando a comissão aprova com as ressalvas. A Comissão solicita que  
614 após o detalhamento apontado o Relatório retorne a comissão. Inserção de detalhamentos  
615 solicitados: número de capacitações realizadas, temas abordados e número de participantes;  
616 resoluções aprovadas com informações sobre homologação e publicação no diário oficial,  
617 pautas e número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas durante o ano de 2009,  
618 número de conselheiros titulares e suplentes do interior que têm suas despesas custeadas pelo  
619 CES. Quantas Comissões Permanentes existem e seus trabalhos durante o ano de 2009. Quais  
620 as Oficinas e Seminários que participaram os conselheiros, detalhando, número de participantes  
621 (conselheiros), local e pauta desses eventos. Quanto ao custeio para essas ações devem ser  
622 informadas as fontes pagadoras. Esses dados devem ser disponibilizados pela Secretaria  
623 Executiva do CES/PR. **Valmir** diz que o solicitado pela comissão dará inclusive subsídios para o  
624 Orçamento anual. **Celinha** diz que quanto ao controle social as informações estão falhas, e cita  
625 a falta de informações da CIB, Ouvidoria que deveriam estar neste item. Discorda de parte da  
626 fala da conselheira Elaine, quanto a Resolução e as informações quantitativas e que os  
627 apontamentos das comissões são importantes e que o relatório avançou muito, mostra o que  
628 foi mais ilumina o que tem que ser. **Joelma** faz algumas considerações e lembra que somente  
629 a Comissão de DST/AIDS aprovou o Relatório sem ressalvas e que a Comissão de Recursos  
630 Humanos segundo o conselheiro João de Tarso não votou os encaminhamentos feitos pela  
631 comissão. **Soraia** defende que houve consenso na comissão e quem está discordando é  
632 somente um membro da comissão. **Joelma** ressalta que como há divergências entre os  
633 membros de uma comissão o plenário decidirá. **Joelma coloca em votação, a proposta de**  
634 **aprovação do Relatório de Gestão 2009 com as ressalvas apontadas pelas comissões**  
635 **que recebe 20 votos favoráveis. A seguir coloca em votação a proposta de rejeição**  
636 **do Relatório de Gestão 2009 que recebe 03 votos favoráveis. Não houve nenhuma**  
637 **abstenção. Aprovado o Relatório de Gestão 2009 com as ressalvas apontadas pelas**  
638 **comissões. Soraia** registra o voto contrário do SINDSAÚDE. **Joelma** solicita que os relatores

30 DE Abril de 2010

639 das comissões enviem seus relatórios à Secretaria Executiva do Conselho para que a mesma  
640 possa elaborar a Resolução de Aprovação com ressalvas do Relatório de Gestão 2009. Solicita a  
641 SESA eu após as correções apontadas o Relatório volte ao Conselho para conhecimento. A  
642 seguir passa-se ao **próximo ponto da pauta, LDO: Comissão de Orçamento, João de**  
643 **Tarso** faz a leitura da ata da reunião, onde esteve presente a Presidente do Conselho, Joelma  
644 Aparecida de Souza Carvalho, para passar algumas orientações sobre o Regimento do  
645 Conselho. Refere-se ao debate na comissão sobre Resolução não homologada pelo Secretário  
646 Gilberto Martin sobre a LDO do ano anterior, concluindo que se aprovado pelo plenário a  
647 mesma deverá ser enviada ao Ministério Público para homologação. Registra que houve  
648 consenso na comissão da retirada do texto que se refere a ação civil público que transita em  
649 julgado. Requer a mesa diretora o envio a imprensa da redação final, depois de construída da  
650 Resolução nº 14, guardando o princípio legal da publicidade dos atos públicos. Ficou  
651 verbalizado que nenhuma Resolução deve conter teor ofensivo já que o Conselho é  
652 quadripartite e independente de quem for o Secretário, jamais homologará uma Resolução que  
653 contenha ofensas. Não houve consenso na retirada do repúdio ao poder público. A Resolução  
654 que julga a falta de transparência na construção da peça orçamentária, havendo pela comissão  
655 três encaminhamentos: 1. O poder público através do gestor deve necessariamente encaminhar  
656 ao CES/PR a peça orçamentária como determina a legislação, antes de proceder o  
657 encaminhamento a Assembléia Legislativa; 2. Proposta pela manutenção do repúdio ao poder  
658 público; 3. Proposta pela retirada do repúdio constante na resolução, ressaltando que as duas  
659 últimas propostas poderão caminhar juntas. **João de Tarso** diz que foi lido para a comissão o  
660 ofício nº 62 de 14 de abril de 2010, na qual a Secretária Executiva solicita ao Secretário a  
661 presença de um representante da SESA na comissão com o objetivo de esclarecimento de  
662 processos licitatórios, principalmente, de hospitais. Como o assunto não foi esclarecido nesta  
663 reunião, a comissão solicita a SESA que se faça presente na reunião do mês de maio,  
664 representante do setor competente para os esclarecimentos necessários. Caso o representante  
665 da SESA não se faça presente, a comissão analisará documentos que serão apresentados pelo  
666 SINDSAÚDE sobre o assunto e remeterá o resultado ao plenário. João de Tarso informa ainda  
667 que o representante da SESA foi indagado se apresentaria a LDO a comissão e a resposta do  
668 mesmo foi que o orçamento era de competência da Secretaria de Planejamento. A comissão  
669 recomenda que a LDO seja elaborada juntamente com técnicos da SESA e Secretaria de  
670 Planejamento que deve resguardar o cumprimento do Plano Estadual Anual de Saúde e a  
671 mesma deverá ser encaminhada ao CES antes de seu envio a Assembléia Legislativa. Os  
672 membros da comissão solicitam que a Mesa Diretora oficie a SESA e a Secretaria de  
673 Planejamento por ponto de pauta de apresentação da LDO e LOA e que nunca sejam essas  
674 peças encaminhadas a Assembléia sem parecer do Conselho. **Elaine** discorda do conselheiro  
675 João de Tarso sobre a análise das resoluções que se encontravam na pasta. Primeiramente a  
676 Resolução que trata da LDO não ficou determinado que o Conselho discutiria ponto por ponto  
677 da mesma. A concordância era de que não havendo homologação pelo Secretário a Resolução  
678 seria enviada ao Ministério Público conforme a Resolução 333 do CNS para as medidas cabíveis.  
679 Quanto a Resolução nº 14/2009 que trata da LOA-2010 ficou de ser retirado o item que aponta  
680 para ação do Ministério Público; quanto ao item resolve, na questão de publicidade a resolução,  
681 diz que foi feita uma proposta de redação e o João de Tarso apresentou proposta alternativa  
682 que não está expressa na memória. Quanto aos outros itens constantes do relatório e da LDO  
683 concorda com o apresentado. **Lilium** esclarece que a Resolução 001, por indicação da  
684 Comissão de Orçamento foi encaminhada ao Ministério Público que a devolveu ao Gestor para

30 DE Abril de 2010

685 que o mesmo se pronunciasse. Após a resposta do Gestor, o Ministério Público solicitou que  
686 houvesse manifestação do Conselho considerando a resposta do Gestor. Portanto entende que  
687 essa manifestação que deve ser decidida na reunião. **Elaine** faz breve retrospectiva dos  
688 procedimentos quanto a Resolução em referência. A comissão estudou todos os documentos a  
689 ela enviados juntamente com a resolução e entendeu que a mesma deve ser mantida, pois os  
690 documentos juntados nada têm a ver com o teor da resolução, decidindo que a mesma deve  
691 ser mantida. **Liliam** insiste que precisa de uma resposta para ser enviada ao Ministério Público  
692 de acordo com o solicitado por ele. **João de Tarso** reforça que a Resolução discutida na  
693 comissão foi a 014 e a proposta apresentada é a da comissão. **Arlete Xavier** diz que as duas  
694 resoluções foram debatidas na comissão só que a 014 mereceu uma maior atenção. Faz a  
695 leitura de alguns encaminhamentos definidos pela comissão, como repúdio, pela não  
696 apresentação da peça orçamentária, a ser enviado a vários órgãos competentes. Lembra que a  
697 redação ficou de ser modificada tendo em vista que alguns membros da comissão disseram que  
698 também não homologariam resolução nos termos apresentados. **Sirlene** faz breve relato do  
699 ocorrido na reunião da comissão e se solidariza com a conselheira Elaine, pois algumas falas do  
700 conselheiro João de Tarso não representam o ocorrido na reunião. Novamente Elaine faz uso da  
701 palavra confirmando sua versão apresentada ao Conselho, inclusive a manutenção na íntegra  
702 da Resolução não homologada pelo Gestor. **Joelma** registra que sobre a resolução 001, não  
703 está claro para a mesa diretora e a solicitação do Ministério Público não foi atendida. Aproveita  
704 a oportunidade para chamar os conselheiros a sua responsabilidade na hora de aprovar  
705 resoluções e depois ter que encaminhá-las ao Ministério Público. Entende que as divergências  
706 devem ser resolvidas entre a SESA o Conselho. Estabeleceu-se um grande debate sobre o  
707 assunto, principalmente com os membros da comissão discordando entre si, com várias  
708 acusações entre os membros da comissão. **Arlete** esclarece que as propostas apresentadas são  
709 referente a Resolução nº 014. **Elaine** continua discordando do que a comissão apresenta; que  
710 não houve polemica quanto a Resolução 001 e que a mesma seria encaminhada ao Ministério  
711 Público com base na Resolução 333. **Liliam** lembra novamente que a Resolução 001 já foi  
712 encaminhada ao Ministério Público. Reforça que a necessidade é que o Conselho se posicione  
713 sobre a manifestação do Gestor. Procede a leitura do ofício enviado pela SESA Ministério  
714 Público à SESA sobre a homologação da Resolução 001 e do Ministério Público ao Conselho.  
715 **Elaine** diz que o ofício foi lido e concordado que os documentos acostados na resposta ao  
716 Ministério Público pela SESA, PGE e Secretaria de Planejamento não eram pertinentes aquela  
717 Resolução, portanto a Resolução deve ser homologada. Joelma diz que está esclarecida com a  
718 última intervenção da conselheira Elaine e pergunta ao plenário se o mesmo também está  
719 esclarecido ao que recebe resposta afirmativa. Coloca em votação a resposta a ser enviada ao  
720 Ministério Público de que os documentos acostados pela PGE, Secretaria de Planejamento e  
721 SESA à resposta enviada ao Ministério Público não eram pertinentes a Resolução 001, devendo  
722 a mesma ser homologada, sendo aprovada por todos. **Joelma** pergunta a comissão de  
723 orçamento se a LDO foi apresentada pelo gestor. **João de Tarso** lembra que os  
724 encaminhamentos pertinentes à Resolução 014 não foram votados, que é a retirada da ação  
725 civil pública e de termo ofensivo e acrescentar, dar publicidade de seus atos e 1. O poder  
726 público através do gestor deve necessariamente encaminhar ao CES/PR a peça orçamentária  
727 como determina a legislação, antes de proceder ao encaminhamento a Assembléia Legislativa;  
728 2. Proposta pela manutenção do repúdio ao poder público; 3. Proposta pela retirada do repúdio  
729 constante na resolução. **Elaine** faz breve retrospectiva da construção da Resolução 014 e do  
730 debate sobre a mesma na comissão. Lembra que nas justificativas houve consenso de exclusão



30 DE Abril de 2010

731 do item 3, sobre a ação civil público. Quanto ao resolve, foram mantidos alguns itens e outros  
732 foram debatidos e como não houve consenso está para o Conselho votar. **Liliam** procede a  
733 alguns esclarecimentos sobre os encaminhamentos para a homologação de uma resolução.  
734 Sobre esta Resolução a mesma não foi homologada pelo Secretário e retornou ao plenário do  
735 CES que deliberou que a mesma retornasse a Comissão de Orçamento para encaminhamentos.  
736 **Joel Tadeu** com a palavra relata os encaminhamentos dados pela comissão com referência a  
737 Resolução 014 e que a maioria dos membros da comissão são pela retirada do repúdio. Que foi  
738 solicitado para a conselheira Elaine que fizesse a redação do novo texto para ser apreciado pelo  
739 Conselho. Joelma coloca em votação a proposta da comissão de orçamento que é sobre a  
740 retirada do termo da ação civil pública da Resolução 014, na parte de consideração, aprovada  
741 com uma abstenção. A seguir Joelma coloca em votação o seguinte encaminhamento: A atual  
742 mesa diretora do CES/PR deve emitir nota oficial a imprensa divulgando a redação final da  
743 Resolução 014, resguardando o princípio constitucional da publicidade dos atos públicos,  
744 aprovada com três abstenções. A seguir coloca em votação o terceiro encaminhamento:  
745 manutenção do repúdio e retirada do repúdio, recebendo a manutenção do repúdio 04 votos e  
746 17 votos pela retirada do repúdio, e três abstenções. Soraia registra que o SINDSAÚDE votou  
747 pela manutenção do repúdio. FESSIMUC também registra o voto pela manutenção do repúdio.  
748 **A seguir Joelma coloca em votação a proposta de nova redação da Resolução 014,**  
749 **com as inclusões e retirada de textos apresentados pela Comissão de Orçamento,**  
750 **sendo aprovada por todos. João de Tarso** esclarece que a comissão não pode apresentar  
751 parecer sobre a LDO, pois a mesma não foi apresentada. **Ewerton** diz que a competência de  
752 fazer a LDO é a Secretaria de Planejamento e nesse momento a SESA não faz parte do  
753 processo, a SESA parte integrante no processo da LOA. **Elaine** diz que há muitos anos a SESA  
754 se justifica desta forma. Solicita que o Conselho envie correspondência a Secretaria de  
755 Planejamento solicitando a presença de representante da mesma para que juntamente com um  
756 membro a Comissão de Orçamento e a Mesa Diretora para sensibilizá-los sobre a necessidade  
757 da LOA ser apresentada ao Conselho antes do dia 30 de setembro, uma vez que a LDO não foi  
758 apresentada. Outro ponto é que deve ser deliberada uma pauta prévia pela mesa diretora sobre  
759 LDO na comissão e no Conselho. **João de Tarso** faz novamente leitura de parte do relatório da  
760 Comissão de Orçamento. **Joel Tadeu** diz que o Conselho deve avançar na construção do Plano,  
761 da Agenda Anual, na construção da LDO da LOA e outros. Oficinas têm que ser deliberadas  
762 para debates sobre esses temas. **Joelma coloca em votação os encaminhamentos da**  
763 **comissão de orçamento, da proposta da conselheira Elaine sobre a pauta da LDO**  
764 **para o próximo mês e entendimento entre a mesa e o Secretário para apresentação**  
765 **da LOA, sendo aprovada com duas abstenções.** A seguir passa-se ao **próximo item da**  
766 **pauta: Informes: Joelma** informa sobre Seminário de Nutrição e Alimentação ocorrido no dia  
767 04 de abril e que deverá ser pauta no Conselho com representante do Ministério da Saúde.  
768 Durante o seminário foi solicitada que o CES fizesse uma manifestação de apoio para uma  
769 jornada de 30 horas aos profissionais de nutrição. Representante da categoria diz que poderá  
770 ser por ocasião da pauta no Conselho. **Valdir** informa que durante o Seminário foi eleita como  
771 representante do CES para participar do Seminário Nacional de Nutrição a conselheira Rosana.  
772 **Joelma** informa sobre audiência pública sobre o PCCV realizada no Plenarinho da Assembléia,  
773 por deliberação do CES/PR e pede desculpas por não poder o Conselho contemplar todos os  
774 conselheiros para estarem presente uma vez que a data foi agendada de última hora. Informa  
775 sobre o evento de Inclusão Digital realizado em Brasília onde estiveram presentes a Secretaria  
776 Executiva do Conselho e os conselheiros Livaldo Bento e Elizabeth Cândido. **Liliam** relata sobre



## ATA

162ª REUNIÃO ORDINÁRIA



### Conselho Estadual de Saúde do Paraná

30 DE Abril de 2010

777 o projeto de inclusão digital e que o evento realizado foi no sentido de fortalecer os Conselhos  
778 para que recebam outros aparelhos a partir de cumprirem critérios estabelecidos pelo Ministério  
779 da Saúde. Informa ainda que será formado um grupo de trabalho para atuar nesse sentido.  
780 Sirlene informa sobre em evento realizado em São Paulo, onde recebeu um livro que cona a  
781 história dos 100 anos da AIDS no Brasil, entrega-o a Secretaria do Conselho para que seja  
782 disponibilizado aos conselheiros. **Zaneti** informa sobre a semana de atividades da Semana que  
783 lembra o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. David  
784 reforça a importância do evento e diz que a Radio Saúde participou ativamente do programa.  
785 Ressalta a importância da realização de uma Audiência Pública juntamente com o Ministério  
786 Público do Trabalho. **Amauri** relata sua participação no 7º Congresso Nacional para Travestis.  
787 **Alaerte** informa que a Comissão de Saúde da Mulher pediu agenda com o Secretário de Saúde  
788 devido a algumas demandas do Projeto Nascer no Paraná, cita fato ocorrido com algumas  
789 gestantes. **Elaine** informa que acontecerá em Londrina, dia 28 um Seminário sobre  
790 terceirização na saúde, no SINDPREVS. Elivani diz que o único hospital municipal de Paissandú  
791 está para ser privatizado, e para evitar essa ocorrência necessitarão de auxílio do Conselho.  
792 **Rosalina Batista** convida a todos para no dia 14 de maio a comparecerem no lançamento do  
793 livro de sua vida. Fala também da realização da Conferência Municipal da Mulher em Londrina.  
794 **João de Tarso** solicita que a mesa pautar a questão da saúde do homem, pois as cidades com  
795 menos de 30.000 habitantes estão fora do programa. **Beth Claidh** informa que não pode  
796 comparecer a reunião passada em virtude do falecimento de seu pai e que também participou  
797 em Londrina da Semana de atividades em referência ao trabalhador. **Joelma** agradece a  
798 presença de todos e nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião. Não tendo mais nada a  
799 constar, a Secretaria Executiva do CES/PR lavrou a presente ata, que vai assinada pelo  
800 Presidente, Joelma Aparecida de Souza Carvalho \_\_\_\_\_ e pela 1ª Secretária do  
801 CES/PR Célia Regina de Souza, \_\_\_\_\_.